

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Monopólio da União sobre urânio já não faz sentido, diz ministro	2
Título: Moura diversifica e aposta em baterias para energia elétrica	4
Título: Abradee foca agora em bitributação, geração distribuída e mercado livre	6
Título: Energisa registra aumento de consumo	8
Título: Basf diz que Brasil poderia receber mais investimentos	8
Título: Abertura do mercado de gás pode destravar novos projetos	10
Título: Fundos se aliam a distribuidoras por Liquigás	12
Título: Curtas	13
Título: Empresas aceleram e ofertas de ações para sair até julho já somam R\$ 35 bi	14
Título: Ministros do STJ analisam autuação milionária da CPFL	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Governo quer mudar regra do teto de gastos	18
Título: Debêntures vão bancar investimento no RenovaBio	20
VEÍCULO: O Globo	21
Título: Em Minas, risco de rompimento é iminente	21
Título: Freio nos investimentos	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/05/2019****Seção: Brasil****Autor: Maria Cristina Fernandes | De Brasília****Título: Monopólio da União sobre urânio já não faz sentido, diz ministro**

Bento Costa de Albuquerque Júnior foi recebido com ceticismo no mercado pelas insígnias nacionalistas de almirante que havia comandado os mais estratégicos projetos da Marinha. Cinco meses depois de assumir o Ministério das Minas e Energia, o almirante de esquadra reformado já mostrou que seu projeto para a pasta não colide com a abertura ao capital privado e estrangeiro, a começar por seu conceito de soberania: "Não adianta dizer que esta riqueza é sua se o país não tem condições de explorá-la e protegê-la".

O conceito se aplica a toda a exploração das riquezas minerais do país, até mesmo às reservas de urânio, o único minério sobre o qual a União ainda tem monopólio constitucional. Ressalva ser esta uma opinião pessoal, não discutida no governo: "O Estado não deve ser dono de tudo, nem das empresas. Deve fomentar o investimento e aprimorar a regulamentação e a fiscalização. Não é o monopólio que garante a soberania, mas a capacidade de explorar as riquezas do país e defender seus interesses".

Nos planos do ministro estão parcerias público-privadas para a exploração das minas de urânio de Caetité (BA) e Santa Quitéria (CE), a partir de modelos regionalizados, e a negociação dos intricados entraves ambientais para sua exploração, hoje paralisada. A retomada da exploração de ambas, diz, passará pelo estabelecimento de parcerias externas.

Bento Albuquerque vê ainda um interesse crescente do capital estrangeiro pelo investimento em Angra 3. A modelagem financeira para o investimento ainda não está pronta, mas a indefinição não tem desestimulado as consultas. Diz ter recebido relatos concretos desse interesse do secretário-executivo adjunto do Ministério das Minas e Energia, Bruno Eustáquio, que esteve recentemente com o vice-presidente Hamilton Mourão em viagem à China.

A China, disse, tem 45 usinas de geração de energia nuclear e dez em construção. Hoje 12% de sua geração de energia elétrica tem origem nuclear e o objetivo é chegar a 25%, mesmo patamar dos Estados Unidos. Aos investidores daquele país, Eustáquio apresentou o planejamento de leilões para o setor. "Eles estão interessados em todas as áreas de geração de energia e, particularmente, na energia nuclear", diz. Segundo o ministro, até junho será definido o modelo de licitação internacional para a escolha do parceiro de Angra 3.

Ocupante de alguns dos principais cargos no comando do projeto nuclear do país, chegando à Diretoria-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, Bento Albuquerque participou da parceria estratégica entre o Brasil e a França para o desenvolvimento do submarino a propulsão nuclear. Conhece, portanto, a renitente resistência de setores da Marinha à assinatura do protocolo adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. O protocolo ampliaria as inspeções internacionais às quais o país teria que se submeter.

Enfrenta-a com o argumento de que o protocolo não pode ser imposto ao Brasil, um país que tem reservas e domina a tecnologia de enriquecimento, da mesma maneira que o é a outros países sem os mesmos predicados. "O Brasil é um país nuclear", diz. Não descarta, porém, que, negociadas salvaguardas nos anexos, o país possa vir a negociar uma adesão ao protocolo. Pretende repetir, este ano, as visitas anuais que tem feito à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena.

Sua concepção de soberania também molda o futuro que projeta para a Petrobras. Com a venda das refinarias programada para junho, Bento acredita que a estatal poderá se dedicar à sua vocação, a exploração offshore em águas profundas a partir do direito de preferência do pré-sal.

Desde a posse, relatou, já teve oportunidade de encontrar os presidentes mundiais de três das maiores petrolíferas do mundo, BP, Shell e Exxon, todas demonstraram interesse em ampliar as parcerias com a Petrobras no pré-sal. O presidente da Exxon, particularmente, teria dito ao presidente Jair Bolsonaro, segundo seu relato, que o pré-sal é a área de maior produtividade mundial da indústria de petróleo, o que torna mandatória a presença da empresa na região.

O ministro também espera poder acelerar a extensão, para as refinarias, da quebra do monopólio da Petrobras definida pelo Congresso desde 1997. "O Brasil exporta petróleo e importa derivados, enquanto nossas refinarias não operam em sua plena capacidade por falta de investimento", disse. Para evitar que esses investimentos possam gerar monopólios privados, o ministro pretende mudar o estatuto do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para tornar o Cade um integrante efetivo.

Bento se disse disposto ainda a ir em frente com os leilões dos barris excedentes da cessão onerosa, que ainda estão pendentes de aprovação legislativa. "Já se foram cinco anos de espera e não há mais tempo a perder; já se foram dezenas de bilhões de reais pela demora."

O ministro também demonstra disposição em enfrentar os embates ambientais que cercam a construção de hidrelétricas com reservatórios. Só a bacia Tocantins-Araguaia tem 50 mil megawatts em usinas a construir, mas o setor

hoje vive sob a sombra dos desastres cometidos em Belo Monte. "Se essas hidrelétricas são importantes para a segurança energética do país, vamos viabilizá-las", afirmou.

Disse ainda que sua pasta está se preparando para apresentar, em dezembro, o plano decenal de energia, além do plano nacional de energia até 2050. Ambos foram discutidos com o presidente durante o voo de ambos até Cascavel para a inauguração da hidrelétrica do Baixo Iguaçu na sexta-feira. Como o deslocamento até a obra seria feito de helicóptero e o mau tempo não permitiu a decolagem, a inauguração foi feita por autoridades locais mas, na ocasião, ficou combinado que a discussão dos planos com o Congresso seria o momento adequado para os novos parâmetros que guiarão o desenvolvimento energético de um país que terá a conjugar a preservação ambiental com um aumento de demanda na geração de energia que, em seus cálculos, será de até 40%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Por Camila Maia | De São Paulo

Título: Moura diversifica e aposta em baterias para energia elétrica

De olho no crescimento da mobilidade elétrica e nas necessidades cada vez maiores de soluções que estabilizem a energia gerada por fontes intermitentes, a fabricante pernambucana de baterias Moura desenvolveu sua tecnologia para baterias para armazenamento de energia elétrica, a primeira fabricada no Brasil. A expectativa é que, em cinco anos, a divisão represente até 20% da sua receita, que somou R\$ 1,4 bilhão em 2018.

As baterias foram desenvolvidas em parceria com o Instituto Tecnológico Edson Mororó Moura (ITEMM), em um processo que teve início há mais de oito anos, quando a companhia, tradicional fabricante de baterias para uso automotivo, identificou a oportunidade de mercado criada pelas mudanças tecnológicas no setor elétrico. As baterias para armazenamento de energia têm sido a aposta de gigantes elétricas do mundo, como a AES, Siemens e LG. A brasileira WEG adquiriu um negócio de sistemas para armazenamento de energia nos Estados Unidos.

O mercado para esse tipo de bateria ainda é pequeno no Brasil, mas a companhia enxerga potencial de crescimento. "Nossa expectativa é que a divisão chegue a representar de 15% a 20% do nosso faturamento em 2025", disse Luiz Mello, diretor geral comercial de baterias industriais e armazenamento de energia da Moura. "O segmento é a menina dos nossos olhos, estamos muito animados."

"Nosso viés foi conseguir uma solução eficaz do ponto de vista energético, que possa ter integração com sistemas de geração eólica e solar fotovoltaica, e também uma alternativa a geração de diesel", disse Spartacus Pedrosa, diretor executivo do ITEM. Segundo ele, esse objetivo foi alcançado, e as soluções serão desenhadas de acordo com cada cliente.

Um diferencial em relação às baterias de armazenamento de energia (chamadas pelo jargão em inglês "storage") existentes no mercado é que serão totalmente fabricadas no Brasil, não sendo, portanto, submetidas às tarifas de importação. "O produto é verde e amarelo e reciclável", disse Mello.

"É fácil encontrar sistemas de armazenamento, mas não são customizados, são quase enlatados", disse Mello. A Moura promete uma solução customizada para a necessidade de cada aplicação. Por exemplo, há casos em que as baterias serão a lítio, e em outros serão de chumbo carbono. "Vai depender da aplicação", disse Mello.

Os sistemas podem ter grande porte, chegando a potência desejada pelo cliente. "A bateria fica em contêineres de 20 a 40 pés, e consegue segurar as necessidades de uma indústria ou comércio por algumas horas", disse Pedrosa. A bateria ocupa algo em torno de dois terços do contêiner, sendo que o restante envolve inversores, controladores, e sistemas que monitoram a rede e podem acionar a descarga "num piscar de olhos" se for necessário. A solução pode ser entregue de forma completa, com o software de gestão e comunicação do sistema de armazenamento.

Segundo Mello, projetos de geração solar ou eólica podem usar as baterias para manter a estabilidade na geração durante a noite ou quando não houver vento. Os equipamentos também podem substituir geradores a diesel. A partir de 2020, uma mudança nos preços de energia no mercado de curto prazo pode tornar a tecnologia mais atrativa. Os preços, que são hoje fixados semanalmente, passarão a ser horários. Como durante à noite o consumo é menor, a tendência é que o custo da energia seja mais barato, período na qual a bateria pode ser recarregada.

A Moura criou uma divisão de negócios separada voltada para os sistemas de armazenamento de energia, com gestão independente e aposta no mercado nacional e internacional. "Temos diversos negócios encaminhados. Alguns bem avançados em fase de assinatura de contrato, outros ainda em fase de engenharia e estudo da melhor alternativa", disse Mello.

O grupo foi fundado em 1957 na cidade de Belo Jardim, em Pernambuco. Hoje, a companhia tem sete unidades industriais, seis no Brasil e uma na Argentina, e

tem cerca de 6 mil colaboradores. As baterias serão fabricadas no parque industrial de Belo Jardim.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Abradee foca agora em bitributação, geração distribuída e mercado livre

A voz em Brasília das distribuidoras de energia, um segmento com receita bruta em torno de R\$ 250 bilhões e que emprega quase 200 mil trabalhadores, acaba de mudar. O engenheiro Marcos Aurélio Madureira da Silva, ex-diretor de distribuição da Eletrobras e ex-presidente da estatal Chesf, assumiu na semana passada a presidência da Abradee (associação do setor) para um mandato de quatro anos. Ele substituiu Nelson Leite, que estava no comando da entidade desde 2010.

À frente da interlocução com o governo e com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além do Congresso, Leite enfrentou uma agenda de crises e complicações nos últimos nove anos.

A lista de problemas foi extensa: os empréstimos do Tesouro Nacional e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para amortecer a alta das contas de luz, a criação das bandeiras, o desgaste provocado pelo "realismo tarifário" de 2015, a prorrogação das concessões por 30 anos, o longo processo sobre a devolução de R\$ 7 bilhões ao consumidor por suposta cobrança indevida nas tarifas.

E houve avanços: a elegibilidade das distribuidoras para emitir debêntures incentivadas de infraestrutura, o reconhecimento de que a migração de consumidores para o mercado livre gera sobrecontratação involuntária, ajustes nas declarações de compra de energia para reposição dos contratos de fornecimento.

Madureira chega em um momento de menos emergências, mas também importante para o futuro dos negócios de distribuição. Nas próximas semanas, ele pretende levar ao **Ministério de Minas e Energia** uma proposta sobre o fim da bitributação de PIS e Cofins. A parcela das distribuidoras nas tarifas de energia caiu de 39%, no início dos anos 2000, para os atuais 19%. Foi ocupada principalmente por impostos e tributos.

Diante das restrições fiscais da União e dos Estados, são quase inexistentes as esperanças sobre uma discussão maior sobre carga tributária. A Abradee quer, no entanto, focar em um ponto: hoje se cobra PIS/Cofins sobre o valor recolhido nas faturas dos consumidores para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o fundo responsável pelos subsídios no setor elétrico, e depois na transferência dos recursos pela CCEE (gestora do fundo) aos beneficiários desses subsídios.

A interpretação da Receita é de que são duas operações distintas e cada uma deve ser tributada separadamente, mas a Abradee entende que se trata de uma coisa só. Por isso, o objetivo é eliminar essa dupla cobrança. O efeito potencial do fim da "distorção" é tirar cerca de R\$ 1,5 bilhão das contas de luz - o que poderia gerar queda de 1 ponto percentual para os consumidores finais.

Há outros desafios tão ou mais complexos na área regulatória. A Aneel deve definir, no segundo semestre, regras para a microgeração distribuída - principalmente residências e pequenas empresas que produzem energia a partir da instalação de painéis fotovoltaicos. Trata-se de uma das grandes transformações em andamento, no setor elétrico, por causa das mudanças tecnológicas que podem viabilizar o armazenamento em baterias e pela potencial perda de mercado para distribuidoras.

"É necessário ter um equilíbrio entre os custos dos consumidores cativos e aqueles que estão fazendo a opção por geração distribuída", afirma Madureira. Para ele, o ponto é evitar "subsídios cruzados" que vão onerar os clientes das distribuidoras. "Nós não temos nenhum interesse em que haja prejuízo ao empreendedor que queira entrar na geração distribuída. Só não pode haver um resultado desequilibrado."

A Abradee monitora com cuidado, também, a tramitação do projeto de lei 1.917/2015 e a intenção do governo de trabalhar em um novo marco regulatório do setor elétrico. O texto atual prevê a ampliação progressiva do mercado livre até 2028, quando cairia o limite para a migração dos consumidores de baixa tensão.

Madureira não vê problemas com esse prazo, mas enfatiza uma ideia que deve nortear as discussões: "A postura que defendemos é que nada seja feito com sobressalto. Se houver mudanças, precisam ser respeitados os compromissos com empresas e consumidores."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivan Ryngelblum | De São Paulo****Título: Energisa registra aumento de consumo**

A Energisa informou que o consumo consolidado de energia, considerando os mercados cativo e livre, além do fornecimento não faturado, subiu 3,4% em abril, na comparação com o mesmo período de 2018, para 2.986,9 gigawatt-hora (GWh). Considerando apenas o mercado cativo e no mercado livre, o consumo cresceu 2,4%, para 2.987,0 GWh.

Segundo a Energisa, o desempenho teve contribuição de todas as classes de consumo, com destaque para a classe residencial (3,1%), que concentra 36,6% das vendas totais de energia do grupo. A classe residencial apresentou crescimento em nove das onze distribuidoras, com destaque para os avanços registrado pelas subsidiárias Energisa Mato Grosso (8,8%), Energisa Tocantins (6,4%) e Eletroacre (4%).

As concessões que apresentaram recuo no consumo de energia na classe residencial foram Energisa Mato Grosso do Sul (queda de 3,8%) e Energisa Nova Friburgo (1,4%). As quedas foram provocadas pelo "efeito calendário de faturamento menor e da alta base de comparação em abril do ano passado, quando as elevadas temperaturas foram determinantes no consumo residencial nessas distribuidoras".

A classe comercial apresentou aumento de 2,4% em abril. O segmento industrial teve alta de 1,6%. A classe rural registrou expansão de 2,1%. No primeiro trimestre, a Energisa registrou aumento de 4,5% consumo de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: Basf diz que Brasil poderia receber mais investimentos**

Presente há mais de 100 anos, no Brasil, a Basf, uma das maiores empresas químicas do mundo, tem mantido investimentos no país e a aposta no crescimento do negócio local. Mas os aportes poderiam ser ainda maiores, se as condições fossem mais favoráveis, disse ao **Valor** o presidente da companhia alemã para a América do Sul, Manfredo Rübens. "O potencial do mercado justifica mais investimentos" afirmou, referindo-se ao fato de o país ser o sexto maior mercado mundial de produtos químicos.

Contudo, pondera Rübens, que acaba de completar um ano à frente da operação sul-americana, o elevado custo do gás natural no país, contratos de fornecimento de matéria-prima de curto prazo e demais componentes do chamado custo Brasil reduzem a competitividade do produto local. E pesam na tomada de decisão sobre o destino dos grandes investimentos da Basf, e de seus pares na indústria química. Reflexo disso, a produção nacional de químicos de uso industrial está estável há uma década e o déficit do setor quase dobrou, alcançando pouco menos de US\$ 30 bilhões no ano passado.

Conforme o executivo, dentro dos muros das fábricas brasileiras, o produto é tão competitivo quanto aquele produzido em uma unidade similar do grupo em outra região. Quando deixa a produção, começam a surgir as grandes diferenças. "Logística, infraestrutura, burocracia e questão fiscal se refletem em custo Brasil", comentou. "Em Camaçari, somos tão eficientes na operação quanto na China".

Em 2015, a gigante alemã inaugurou no polo de Camaçari (BA) um complexo acrílico de escala mundial, com aporte da ordem de R\$ 2 bilhões. Foi o maior desembolso já realizado pela companhia na América do Sul e também o maior da indústria química brasileira em pelo menos 25 anos. Voltado à produção de ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros superabsorventes, o projeto está em fase de maturação, diz Rübens. "É um investimento que se faz olhando para décadas à frente. Mas terá de mostrar que traz retorno."

A mudança de governo e o discurso da nova equipe econômica trouxeram otimismo à Basf. "Pessoalmente, estou muito bem impressionado com a equipe econômica. É gente que sabe o que tem de ser feito", disse. A proposta de abertura comercial, comentou o executivo, é bem-vinda, mas deverá ser feita gradualmente para evitar danos maiores à indústria local. A saída seria, ao mesmo tempo, criar condições de competitividade aos participantes locais. No caso dos superabsorventes de Camaçari, por exemplo, uma abertura abrupta teria consequências negativas.

A América do Sul não tem participação tão expressiva nas vendas consolidadas da Basf, com algo entre 6% e 7% do total, mas é estratégica, segundo Rübens. O Brasil representa 70% do negócio na região, com receita anual da ordem de € 2,4 bilhões. Houve crescimento no primeiro trimestre, e não somente por causa da aquisição global dos ativos de sementes da Bayer. Conforme o executivo, houve expansão também nos negócios já existentes.

Com vendas consolidadas de € 62,7 bilhões em 2018, a Basf tem um portfólio bastante diversificado. No Brasil, agricultura é a principal área de negócio e só aqui o grupo conta com uma operação de tintas decorativas (com a marca

Suvinil). Além disso, atua em materiais, químicos, cuidados pessoais e do lar, catalisadores e químicos para construção.

No hall dos investimentos em curso no país, o grupo anunciou no começo do ano que vai ampliar em 30% a capacidade da fábrica de metilato de sódio, usado na produção do biodiesel, na unidade de Guaratinguetá (SP) - a maior da Basf em solo nacional, onde são oito no total. Com a expansão, a capacidade nominal subirá 30%, de 60 mil para 80 mil toneladas métricas, com início de operação em 2020.

A companhia alemã também inaugurou seu primeiro Centro de Experiências Científicas e Digitais, no mesmo edifício na zona sul da capital paulista onde funciona o escritório central. Segundo Rübens, com o novo centro, a empresa oferece um espaço digitalizado para cocriação mais perto de seus clientes. "A digitalização pode ajudar o Brasil e é um tema a ser desenvolvido aqui. O governo está atento à indústria 4.0. Mas antes é preciso capacitar as pessoas", afirmou. Mundialmente, as fábricas do grupo alemão já são digitalizadas, mas a ausência de regulamentação tem atrasado a chegada das tecnologias ao país.

Ao mesmo tempo, avalia o executivo, o Brasil é terreno fértil para testar novos produtos e projetos-piloto. Foi assim com a plataforma digital lançada também neste ano para vender produtos e soluções para pequenas e médias empresas. Dentro da Basf, foi um projeto pioneiro e que poderá ser replicado em outros países.

Essa não é a primeira passagem de Rübens pelo país, que tem 28 anos de carreira na Basf. O executivo, nascido na Argentina e criado na Alemanha, chegou a São Paulo para uma jornada de quatro anos no fim de 1998, às vésperas da forte desvalorização do real decorrente da adoção do câmbio flutuante. Daquela época, ficou principalmente o aprendizado sobre o impacto do câmbio nos negócios e a necessidade de agir rapidamente para compensá-lo. Neste momento, com o dólar a mais de R\$ 4, esse conhecimento tem sido de grande valia - e a Basf tem repassado essa variação aos preços.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Abertura do mercado de gás pode destravar novos projetos

A promessa do governo federal de publicar em junho um pacote de medidas que resultará na abertura do mercado de gás natural encheu de otimismo a

indústria química brasileira. Maior consumidor de gás para fins energéticos no país, o setor avalia que iniciativas dessa natureza geram um ambiente favorável para o retorno dos investimentos, que recuaram aos níveis do início da década de 90.

Segundo a indústria, nunca se esteve tão perto de alcançar um avanço tão significativo no mercado de gás natural, tema de discussões e negociações com o governo há pelo menos uma década. A novidade, agora, é o alinhamento entre os ministérios da Economia e de **Minas e Energia** quanto à necessidade de um "choque no preço do gás", segundo o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo.

Nas próximas semanas, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve editar uma resolução com medidas concretas para a abertura desse mercado, incluindo a possibilidade de compartilhamento de infraestrutura - por exemplo, gasodutos e terminais de liquefação e regaseificação usados pela Petrobras. O objetivo também seria impedir a cartelização do setor, já que hoje a Petrobras compra o gás natural de grandes distribuidores a um preço bem mais baixo do que pratica no mercado.

"Outra medida seria criar o mercado livre de gás, como ocorre com a energia elétrica, e fazer leilões para venda de petróleo e gás para aumentar a oferta no mercado brasileiro", conta Figueiredo, que participa das conversas de diferentes setores da indústria nacional com o novo governo. Ao praticamente dobrar o volume ofertado de gás até 2024, os preços ficariam entre US\$ 3,50 e US\$ 5 por milhão de BTU, conforme o volume comprado, segundo cálculos do governo. Em reunião na última semana com representantes dos dois ministérios, o compromisso foi ratificado.

Para o setor químico, diz Figueiredo, a abertura do mercado de gás "é um passo importante e cria uma condição sensacional para a retomada dos investimentos". Para este ano, segundo levantamento da entidade, estão previstos US\$ 600 milhões em aportes, com queda a US\$ 400 milhões em 2020 e 2021 e novo recuo, a US\$ 200 milhões, em 2022. No auge dos últimos 20 anos, em 2012, a indústria química chegou a investir US\$ 4,8 bilhões em um único ano.

"Teoricamente, o Brasil poderia ter mais dois polos petroquímicos se houver gás disponível", acrescenta Figueiredo. Sob o aspecto macro, porém, também é preciso avançar para que novos projetos no país sejam atrativos - as reformas

estruturais, com destaque para a da Previdência, fazem parte do pacote considerado essencial. "Estamos bastante otimistas com os rumos que as conversas estão caminhando. É um bom momento", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Vanessa Adachi | De São Paulo

Título: Fundos se aliam a distribuidoras por Liquigás

Fundos de investimento e empresas do setor de distribuição de combustíveis negociam a formação de consórcios para fazer ofertas pelo controle da Liquigás, distribuidora de gás liquefeito de petróleo (GLP) que a Petrobras colocou à venda pela segunda vez. Propostas não vinculantes devem ser entregues no dia 7 de junho, de acordo com duas fontes.

Ao menos nove grupos já acessaram os dados do processo de venda da Liquigás, apurou o **Valor**. As operadoras Ultragaz, Nacional Gás, SHV, Copagaz, uma trading estrangeira, e os fundos de private equity CVC Capital Partners, Advent, Carlyle e Warburg Pincus estão avaliando o ativo.

A restrição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que grandes empresas do setor adquiram a Liquigás abriu espaço para que os investidores financeiros tenham chance no processo desta vez. No primeiro processo de venda feito pela Petrobras, em 2016, a Ultragaz levou a empresa por R\$ 2,8 bilhões, mas no ano passado a transação acabou vetada pelo Cade, que enxergou grande concentração nesse mercado. Na ocasião, o grande interesse elevou os preços e acabou afastando os fundos de investimento da transação.

Agora, para atender à restrição do Cade, a Petrobras limitou a 30% a participação das distribuidoras na formação de consórcios. Os fundos podem entrar sozinhos, mas avaliam que em parceria suas chances aumentam.

"Com um estratégico ao nosso lado, que tenha sinergias a capturar, temos chance de oferecer um preço maior e sermos mais competitivos", diz o gestor de um fundo que avalia o ativo. "Se não conseguirmos fechar uma parceria, devemos ficar de fora", completa o executivo.

A parceria é relevante também para assegurar a gestão do negócio. "Tem que ter 'management', já entrar com gestão pronta", diz o executivo de uma outra gestora. "Estamos avaliando ainda a questão de liquidez, se teríamos saída

simples desse investimento", complementa outro gestor que avalia os dados, mas que ainda não engajou equipe para efetivamente fazer proposta.

A estatal permitiu a participação de investidores financeiros que tenham ativos sob administração ou gestão de pelo menos US\$ 1 bilhão. Para as empresas, a receita bruta tem que ser acima de US\$ 100 milhões.

Em maio, os potenciais interessados assinaram com a Petrobras um acordo de confidencialidade para ter acesso ao memorando com informações do ativo. Ainda não foram feitas propostas até o momento. A Ultragaz havia se disposto a pagar R\$ 2,8 bilhões pela Liquigás. A Petrobras espera arrecadar pelo menos algo em torno de 70% deste valor, na projeção de analistas de investimento. A companhia chegou a avaliar fazer uma oferta de ações da Liquigás, após o veto do Cade, mas acabou se decidindo por uma nova rodada de venda direta. A avaliação dos bancos era que o tamanho da companhia tornava pouco atrativo uma abertura de capital.

A Liquigás atua no engarrafamento, distribuição e comercialização de GLP em 23 estados. A empresa atende mensalmente mais de 35 milhões de consumidores residenciais e fornece produtos para indústria e comércio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério mantém alta

O minério de ferro terminou em alta na sexta-feira no mercado chinês, depois de ter caído no dia anterior. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançou 1,5%, ou US\$ 1,53 por tonelada, para US\$ 105,32 por tonelada. Com esse desempenho, a matéria-prima do aço acumula ganhos de 11,84% em maio e valorização de quase 45% em 2019.

Petróleo recupera perda

Após fecharem na quinta-feira a pior sessão de 2019, os contratos futuros de petróleo devolveram parte das fortes perdas na sexta-feira, com os investidores ajustando posições antes do fim de semana. As tensões comerciais, no entanto, levaram os contratos a acumular fortes perdas na semana. Os contratos do Brent para julho fecharam em alta de 1,37%, a US\$ 68,69 por barril na ICE, em Londres. Os contratos do WTI para o mesmo mês subiram 1,24%, a US\$ 58,63

por barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York. Na semana, no entanto, a referência americana acumulou perdas de mais de 6,5%, enquanto a global cedeu mais de 4,5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Empresas aceleram e ofertas de ações para sair até julho já somam R\$ 35 bi

Mesmo em compasso de espera pela reforma da Previdência e com a forte volatilidade do mercado no último mês, as companhias aceleraram o andamento de processos para captação de recursos na bolsa para junho e julho. O que está em preparação entre ofertas iniciais e subsequentes de ações (IPO e follow-ons) para o período soma R\$ 35 bilhões, apurou o **Valor** - um volume relevante, especialmente para um período que os bancos costumam evitar.

Nessa conta entram as vendas de papéis de CPFL Energia, Light, Neoenergia, Alupar, Banco do Brasil, BR Distribuidora, Petrobras, o grupo educacional Afya e a resseguradora IRB. A AES Tietê e a empresa de softwares Linx também preparam follow-ons para breve, mas estão definindo o prazo - o que adicionaria à soma cerca de R\$ 2,5 bilhões.

O mês de julho, especialmente, costuma ser de menor atividade de captações, dado que já é período de férias de verão no hemisfério Norte, iniciadas no fim de junho. "Por isso mesmo está todo mundo tentando viabilizar ainda para junho ou primeira semana de julho. É possível que algumas fiquem pelo caminho", diz o diretor de um banco de investimento.

No ano passado todo, foram R\$ 6,8 bilhões em IPOs e follow-ons, conforme dados da Anbima. Este ano, até agora, as ofertas, basicamente subsequentes, somam R\$ 6,9 bilhões.

A missão não é simples. No mercado nacional, a bolsa caiu de perto de 100 mil pontos em março para abaixo de 94 mil. A última oferta de ações, o follow-on da empresa de tecnologia Totvs, foi efetivada sem demanda de lote extra e com desconto de 5% em relação à cotação média do mês, dada a seletividade de investidores. Na cena externa, um banco ressalta que não vê, antes da reunião

do G-20 no fim de junho, gatilho para melhora de humor - influenciado pela tensão comercial entre Estados Unidos e China.

"Muitas empresas já estavam se preparando para ofertas, mas não viram oportunidade melhor no início do semestre", diz um executivo de banco, sobre a concentração de operações. "Há um movimento forte de acionistas vendedores, que querem capital para se concentrar nas atividades principais", complementa um advogado. "Vale notar que a maioria não é captação para investimento."

A CPFL tem prazo para enquadrar o percentual de ações em circulação, o BB quer capitalizar os papéis que têm no IRB e Neenergia, assim como a Caixa na Petrobras, BB e Alupar, e a Petrobras na BR Distribuidora. Já a AES Tietê tem uma aquisição a pagar, enquanto os acionistas da Light querem reduzir suas alavancagens.

Na última semana, a CPFL Energia intensificou o contato com investidores, para viabilizar a oferta na primeira semana de junho. As principais dúvidas dos investidores, apurou o **Valor**, giram em torno da governança da companhia e do direcionamento dos controladores - o grupo chinês State Grid.

Com a operação, a empresa pretende movimentar cerca de R\$ 3,4 bilhões. A ideia é vender os cerca de 10% necessários para recompor o percentual mínimo de ações em circulação ("free-float") exigido pela B3. "Pode ser um pouquinho acima disso, mas não muito diferente", afirma uma fonte.

Como mudou de controle e tem apenas 5% das ações em circulação, os bancos definem a operação como um re-IPO. "Tem de contar a história da empresa de novo, e é uma história nova para o investidor em relação ao que era a CPFL antes da troca de controle", diz um banqueiro de investimentos.

A resseguradora IRB também terá operação. Conforme duas fontes, o Banco do Brasil fecha esta semana o sindicato de coordenadores para vender os 15,2% que detém na companhia, correspondente a R\$ 4,74 bilhões. A dúvida é sobre a fatia do Tesouro, que pode ser vendida na oferta ou em negociação direta (*leia mais em União oferece participação no IRB a bancos privados*).

A Light, que retomou as discussões sobre a realização de um follow-on, começou a enxugar o número de bancos que trabalhará na operação, conforme duas fontes. A empresa quer engatar a oferta até julho. A Light deve manter alguns dos bancos que havia contratado no ano passado - mas o Banco

Votorantim, por exemplo, que entraria no sindicato por ter um veículo de investimento na Light, deve sair.

A Petrobras fez movimento semelhante na BR Distribuidora, reduzindo o sindicato de bancos, para ter menos ruídos na operação. A estatal quer reduzir sua participação na distribuidora de 71,25% para cerca de 40%, o que pode movimentar R\$ 8,5 bilhões. Já a venda de ações na própria Petrobras, detidas pela Caixa, aguardam apenas uma leve melhora dos papéis - que caíram após as discussões de preço do diesel com o governo federal e ainda não se recuperaram totalmente. A Caixa espera ainda ter aprovação do comitê do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em duas semanas, no máximo, para vender BB e Alupar.

Únicos IPO da lista, a Neoenergia quer emplacar sua oferta na última semana de junho, enquanto o grupo de educação de saúde Afya, da gestora Crescera, fará a operação no mercado americano e tem julho como prazo pretendido. A Afya quer levantar de US\$ 300 milhões a US\$ 400 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/05/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Ministros do STJ analisam autuação milionária da CPFL

A Fazenda Nacional saiu na frente no julgamento em que a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai decidir a validade de uma autuação fiscal de R\$ 511 milhões, em valores atualizados, aplicada contra a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Por enquanto, votou apenas o relator, ministro Francisco Falcão, contra a anulação da cobrança. O julgamento foi suspenso por pedido de vista.

A discussão envolve aportes que a companhia se comprometeu a fazer, a partir de 1997, na Fundação Cesp, entidade fechada de previdência complementar que administra planos para os empregados das empresas do setor de energia elétrica do Estado de São Paulo. Para eliminar déficit de R\$ 426 milhões, seriam feitos desembolsos por 20 anos.

No ano seguinte, a CPFL deduziu integralmente da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL o valor total dos aportes e foi autuada pela Receita Federal. No processo, alega que fez os desembolsos dentro do contexto de privatizações realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e que havia uma solução de consulta favorável à operação.

Após decisões contrárias, a CPFL levou a questão ao STJ (REsp 15 82681 e REsp 1644556). No julgamento, o procurador-geral da Fazenda Nacional, José Levi Melo do Amaral, e o procurador Marcelo Kosminsky argumentaram que, em 1997, foram desembolsados pela companhia apenas R\$ 8,5 milhões e, com base no Regulamento do Imposto de Renda de 1994, não poderia deduzir o valor total.

Os procuradores também alegaram que a solução de consulta apresentada pela empresa não foi feita pela forma tradicional. A defesa da CPFL foi direto ao secretário da Receita Federal, sem expor de maneira correta os fatos, o que teria induzido o órgão a erro, segundo eles. E mesmo que fosse válida, acrescentaram, não poderia ser aplicada.

A dedução integral, segundo a Receita, poderia ser feita em caso de novação de dívida, o que não seria o caso, de acordo com os procuradores. "No caso, não houve pagamento, mas pretendo contrato de novação que implicava mero aporte diferido no tempo", afirmou o procurador-geral. "Teria havido, quando muito, mera repactuação."

Em sustentação oral, o advogado da CPFL, Ives Gandra da Silva Martins, destacou a consulta ao secretário da Receita Federal que indicou ser correto o procedimento. "Seguiu-se o que o órgão aconselhou em nível de confiança e boa-fé", disse.

De acordo com o advogado, em São Paulo foram privatizadas as empresas Eletropaulo e a CPFL. Ambas deviam para a Fundação Cesp valores elevados, que inviabilizariam as privatizações, e foram autuadas após processos de renegociação.

A Eletropaulo, acrescentou o advogado, conseguiu derrubar a autuação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A CPFL perdeu o prazo de recorrer ao tribunal e acabou levando a questão à Justiça. "A Eletropaulo que não tomou cautela nenhuma, não fez consulta à Receita, ganhou no Carf", afirmou. "O governo de São Paulo ganhou muito, porque teve um ágio superior, e agora a Receita quer ganhar."

Em seu voto, o relator do caso, ministro Francisco Falcão, entendeu que o STJ não poderia reavaliar provas. Porém, conheceu em parte do recurso e negou-lhe provimento. Para ele, a consulta à Receita Federal não foi feita pelos canais corretos e haveria imprecisões no requerimento feito pela empresa, o que teria induzido o órgão a erro.

Segundo Falcão, não foi quitada dívida e não há possibilidade de se verificar direito da empresa de aplicar benefício do Regulamento do Imposto de Renda.

"Somente pela prorrogação do prazo de pagamento não haveria novação", disse ele, acrescentando que "esse é um fato controvertido, que depende de perícia judicial, imprópria em mandado de segurança".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/05/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Governo quer mudar regra do teto de gastos

PEC pretende deixar de fora do teto a divisão do bônus do leilão de petróleo

O teto de gastos, regra que impede que as despesas do governo subam acima da inflação, vai mudar para abrir caminho à partilha de recursos do pré-sal com Estados e municípios, disse ao "Estadão/ Broadcast" o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues.

A equipe econômica vai enviar em breve uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para incluir entre as despesas livres do teto a divisão do bônus do megaleilão de petróleo, programado para este ano e que deve render R\$ 106,6 bilhões, e a repartição dos royalties de exploração dessas áreas por meio do Fundo Social do Pré-sal, num programa desenhado para durar 35 anos.

Sem essa mudança, o governo teria de cortar recursos de outras áreas para fazer os repasses sem descumprir a regra do teto, criada no governo de Michel Temer e que servido de âncora fiscal em tempos de sucessivos déficits nas contas públicas. Essa mesma PEC também vai permitir ao governo pagar R\$ 33,6 bilhões à Petrobrás pela revisão do contrato de exploração do pré-sal firmado em 2010 sem que isso consuma espaço dentro do teto.

Exceções. O teto de gastos possui hoje apenas quatro exceções: algumas transferências a Estados e municípios, créditos extraordinários (feitos para gastos imprevisíveis), gastos com eleições e aumento de capital de empresas. Agora, será necessário criar outras três excepcionalidades para viabilizar o plano de descentralização de recursos empreendido pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Eu não tenho espaço no teto suficiente para essas transferências. São três excepcionalidades novas. Se não, consome nosso espaço", explica Waldery. Ele se mostra otimista com a perspectiva de aprovação da PEC, que requer o apoio de 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa. A garantia ao pagamento à Petrobrás também é tida como essencial para o sucesso do megaleilão.

"Há uma convergência de interesses, todo mundo quer. Pode-se discutir o quantitativo (da divisão), mas a direção é de aprovar. As duas Casas querem, os presidentes, as lideranças, é um ponto em comum", afirma o secretário.

O tamanho da divisão dos recursos é justamente o tema das discussões da equipe econômica com governadores e com o Congresso Nacional.

Divisão. A principal repartição de recursos que deve ocorrer ainda em 2019 é a do bônus de assinatura do leilão. Governadores e lideranças no Congresso já falam em uma fatia maior que 30% do bônus para Estados e municípios, mas Waldery alerta que a União ainda tem déficit e não pode abrir mão de muitos recursos no curtíssimo prazo.

"É uma decisão política e técnica. A decisão é de dividir sim, uma parte pequena. Não é os 30%, não é a orientação que temos, por conta dessa situação fiscal em 2019", diz o secretário. Ele lembra que o governo já precisou contingenciar mais de R\$ 30 bilhões no Orçamento por conta da frustração na arrecadação. "Isso daqui (bônus do leilão) é uma âncora para resolver o meu caso. Eu não posso passar muito (para Estados e municípios), se não eu não fico bem na minha posição fiscal."

A partir de 2020, porém, entra em cena o Plano de Fortalecimento de Estados e municípios (PFE), que terá duração de 35 anos e vai transferir para os governos regionais recursos que hoje integram o Fundo Social e são apenas da União. Esses repasses também começarão em porcentual menor, ainda em discussão, mas crescerão até chegar a 70% antes desses 35 anos, informa o secretário.

"Começa baixo, mas vai crescendo e cresce a um ritmo forte, tanto em termos de porcentual quanto em termos absolutos, porque vai entrar muito recurso para o Fundo Social", explica. Neste ano, o Fundo Social deve receber R\$ 16,8 bilhões, sem contar os recursos do leilão, um valor que aumentará com o passar dos anos.

O secretário garante que o objetivo da equipe econômica é chegar a um "novo patamar" de transferência de recursos para Estados e municípios, mas de maneira gradual e responsável diante do estresse fiscal a que todos estão submetidos. Além da divisão do Fundo Social, ele cita o plano que vai conceder R\$ 10 bilhões ao ano até 2022 em garantias a novos empréstimos para Estados e municípios com dificuldades de caixa, em troca de medidas de ajuste. É o chamado de Plano de Estabilização Fiscal (PEF), cujo projeto deve ser enviado já nesta semana ao Congresso.

"Se contar um conjunto de medidas, aí nesse sentido a gente pode sim caminhar para um novo patamar. Mas é num conjunto de medidas, não é tomar

apenas o bônus de assinatura e nele colocar todo o esforço. Seria uma solução indevida, porque a União está fortemente deficitária", afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Clarice Couto, Gustavo Porto, Nayara Figueiredo

Título: Debêntures vão bancar investimento no RenovaBio

Coluna do broadcastagro ::

O governo federal autorizará em junho o setor de biocombustíveis a emitir debêntures incentivadas e captar recursos estimados em até R\$ 62,3 bilhões por ano. A operação vai financiar os primeiros investimentos para implantação do RenovaBio, a nova política de combustíveis renováveis. Os recursos devem ser utilizados inicialmente para aumentar a produtividade da indústria sucroalcooleira, estagnada há alguns anos, com a renovação de canaviais, a manutenção e o aumento de capacidade de usinas. Bancos informaram ao governo já terem R\$ 9 bilhões desses títulos – chamados de incentivados por não pagarem impostos – prontos para serem negociados no mercado por usinas. As instituições financeiras só aguardam uma portaria autorizando as operações, que deve ser assinada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 17 de junho, data da abertura no Ethanol Summit, em São Paulo.

» Além. Etanol, biodiesel, biogás e outros combustíveis renováveis serão o ponto de partida do programa de debêntures. O governo deve autorizar a emissão de títulos para outros elos da cadeia e espera trazer investimentos em infraestrutura e logística. Conta, é claro, com a aprovação da reforma da Previdência para reduzir os riscos da emissão desses títulos.

» Já aqui... A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura lança amanhã um vídeo em defesa do Código Florestal e contra mudanças em tramitação no Congresso Nacional. Representantes de entidades do agronegócio, do setor florestal e de ambientalistas alertam para os riscos de desmonte da Lei 12.651 de 2012, que criou o Código.

» Somos contra. "Não somos favoráveis a alterações no Código Florestal", diz Luiz Cornacchioni, diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que integra a coalizão. "O que temos de fazer agora é implementá-lo, e não mexer nele, pois cria insegurança jurídica e passa uma imagem ruim aqui e lá fora."

» Sem reserva. As medidas mais importantes estão na MP 867/2018, aprovada em comissões na Câmara e no Senado, que prorroga o prazo para o produtor aderir ao Programa de Regularização Ambiental e redefine o marco temporal – ou seja, a partir de que data o desmatamento será considerado irregular ou não. Hoje é 22 de julho de 2008. Outra polêmica proposta é o PL 2.362/2019, dos senadores Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Marcio Bittar (MDB-AC), que revoga o capítulo do Código Florestal referente à reserva legal obrigatória.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/05/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Em Minas, risco de rompimento é iminente

Velocidade de deslocamento do paredão em mina alcança 20cm por dia em alguns pontos críticos. Na terça-feira, o movimento era de 9cm por dia; município de Barão de Cocais permanece em estágio de alerta máximo

A cidade de Barão de Cocais (MG) permanece em estágio de alerta máximo devido ao risco iminente de rompimento da barragem Sul Superior da Vale. A velocidade de movimento do talude norte da Mina Gongo Soco chegou ontem a 15,8cm por dia em média e 20cm por dia em alguns pontos críticos. Na terça-feira da semana passada, esse número era de 9cm por dia. Segundo a Agência Nacional de mineração, a movimentação começou a ser identificada em 2012, mas, até abril, era de no máximo 10cm por ano.

O talude é um paredão que fica acima da cava de mineração na mina, que está cheia de água. Seu rompimento pode causar uma reação em cadeia por abalos e desencadear o colapso da barragem. Outra preocupação é que a água da cava transborde e atinja rios da região da mina. Segundo o Corpo de Bombeiros, 30 militares estão de prontidão na cidade. As equipes estão distribuídas em pontos estratégicos para acompanhar a situação na mina e orientar a população, que passou por dois treinamentos de simulação de situação de emergência, caso a barragem se rompa. No primeiro, 60% dos moradores participaram da ação. No segundo, a adesão foi de 26%. Se a barragem se romper, cerca de 30 mil pessoas podem ser atingidas.

A economia de Barão de Cocais está praticamente parada. As ruas estão quase vazias — meios-fios pintados de laranja indicam os locais em que a mancha de lama com rejeitos de minério pode chegar —, agências bancárias não estão funcionando e não há mais dinheiro nos caixas eletrônicos. Por isso, a prefeitura e a Defesa Civil fizeram um apelo para que os serviços sejam retomados hoje.

Caso haja mesmo o rompimento da barragem Sul Superior, a previsão é que o primeiro lugar atingido pela lama seja o povoado de Socorro, em apenas seis minutos. Depois, chegaria a três municípios: Barão de Cocais, em pouco mais de uma hora, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo.

POVOADO ESVAZIADO

Socorro foi esvaziado em fevereiro. Mais de 400 pessoas foram obrigadas a evacuar o vilarejo, fundado há cerca de 280 anos. Desde então, as casas foram visitadas apenas por profissionais da Vale por pelo menos 20 dias, quando animais de estimação foram resgatados e alimentados. Nas portas das casas, há placas informando a data da última vistoria, bem como o nome do proprietário de cada uma e os animais que foram retirados delas.

Mesmo assim, há moradores driblando o bloqueio das autoridades, como o motorista de ônibus Amarair Paulo de Moraes, que voltou ao local recentemente para buscar roupas de frio para a neta, Sofia, além de outros pertences deixados por lá.

Nos próximos dias, ele e outros moradores planejam furar novamente o bloqueio para dar um abraço coletivo na igreja branca e azul do povoado, cujas obras de arte sacra foram retiradas e levadas para a Igreja Matriz de Barão de Cocais. O medo é que mais peças sejam retiradas do santuário, caso a ameaça de rompimento da barragem persista.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/05/2019

Seção: Rio

Autor: RAFAEL GALDO

Título: Freio nos investimentos

Despesas com obras de infraestrutura recuam a níveis da década passada

Em tempos de um Rio que não consegue conservar estradas, túneis e nem hospitais, o que dirá realizar novas obras. A desaceleração nos investimentos públicos — que atinge todas as esferas de governo — está refletida nas contas do estado, com um recuo a patamares da década passada. Em 2018, as despesas liquidadas com atividades e projetos relacionados à infraestrutura (como construções, reformas e ampliações) fecharam perto de R\$ 1,8 bilhão, pouco abaixo dos R\$ 2 bilhões de dez anos antes, em valores corrigidos pela inflação.

Há sinais da asfixia vindos também da prefeitura da capital. Ano passado, os investimentos em geral (em todos os setores) representaram apenas 2,63% (ou

R\$ 760 milhões) das despesas totais do município, frente aos 18,98% (R\$ 5,1 bilhões) de 2015. Nessa marcha lenta, sua principal intervenção em andamento, o BRT Transbrasil, se arrasta desde 2015.

O alento é que não faltam demandas e planos para tirar da gaveta. Entre as propostas que injetam ânimo estão os estudos para a concessão de rodovias, o anúncio de um programa estadual de habitação, a estação de tratamento de água Novo Guandu, da Cedae, além do Autódromo de Deodoro. Já a dose de ceticismo fica por conta de ideias nunca concretizadas, como o metrô de Niterói e São Gonçalo, e outras emperradas, como a estação Gávea da Linha 4 e o Hospital de Oncologia da Região Serrana, em Friburgo, cujo prédio já pegou fogo e teve até janelas furtadas.

RECURSOS PRIVADOS

Ao mesmo tempo, economistas ressaltam: no cenário atual, de aperto nos cofres públicos, dificilmente os governos terão capacidade de tocar seus projetos sem participação da iniciativa privada.

—Nos próximos anos, os investimentos públicos serão limitados no país. Mas, em estados como Rio ou Minas, onde a situação fiscal é crítica, a possibilidade de mobilizar recursos para obras de infraestrutura é pequena — afirma Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B. —Mesmo se não houvesse crise, a governança e gestão dos projetos têm sido medíocres. O resultado são intervenções paradas. Ou, a exemplo do Arco Metropolitano, que foram entregues, mas que se deterioram rapidamente.

Só o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, aponta pesquisa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), tem 4.669 obras paradas no país, cerca de 220 no Estado do Rio, desde melhorias em unidades de saúde do interior até a urbanização de comunidades.

A Firjan também mapeou o que ficou pelo caminho. E chegou à cifra de R\$ 14,6 bilhões em projetos públicos e privados paralisados no estado, a maioria de infraestrutura. Entre eles, destacou a usina nuclear de Angra 3, a estação Gávea do metrô e a nova pista de subida da Serra de Petrópolis (sob responsabilidade da concessionária Concer).

Isso depois de um período de ventos mais favoráveis. Em 2015, ano pré-Olimpíada, os gastos com projetos ligados à infraestrutura no Executivo estadual, segundo dados da Transparência fluminense, tinham passado dos R\$ 6 bilhões — metade apenas na expansão do metrô, no auge da construção da Linha 4, que acabou virando alvo da Operação Lava-Jato. Em 2019, o retrato do declínio. De janeiro a abril, essas despesas quase não saíram do lugar: somaram

R\$ 31,5 milhões — quase cinco vezes menos que o valor total previsto para a reforma do prédio do Banerjão, que abrigará a nova sede da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

PÍLULAS DE OTIMISMO

Apesar da corda no pescoço, a Firjan vê luz no fim do túnel. Identifica 111 investimentos, públicos ou privados, confirmados em território fluminense para os próximos anos, numa carteira de R\$ 162,3 bilhões, a maioria na área de petróleo e gás. Desse total, R\$ 5,5 bilhões são em desenvolvimento urbano, e R\$ 3 bilhões em infraestrutura. Além disso, afirma que o Rio tem um potencial de R\$ 54,8 bilhões em investimentos via concessões e parcerias público-privadas (PPPs), distribuídos em 142 oportunidades, com ênfase para setores como de saneamento, rodovias e coleta de lixo.

Willian Figueiredo, gerente de sustentabilidade e infraestrutura da federação, afirma que, com uma localização estratégica, portos, aeroportos e estradas, o Rio pode se tornar um hub logístico nacional. Os obstáculos a resolver são questões estruturantes, como a violência, e gargalos como a duplicação das serras das Araras e de Petrópolis. Já entre os projetos em estudo, ele destaca a ferrovia Rio-Vitória (EF-118), interligada ao Porto do Açu.

— Ele ainda não é um dos maiores portos do país devido à dificuldade de acesso. Além da ferrovia, são necessárias melhorias na RJ-144 (Campos-São João da Barra) e construir o contorno rodoviário da BR-101 em Campos — diz ele, frisando a importância das concessões e PPPs. — Mas, para atrair investimentos, é preciso que haja bons projetos e segurança jurídica.

Mesmo na dureza, estado e prefeitura têm suas apostas. Entre elas, o município aponta a PPP da iluminação pública, em fase de licitação, e os esforços para destravar as negociações do Autódromo de Deodoro. O governo fluminense, por sua vez, põe fichas no programa De Casa Nova Mudando Vidas, que deve ser iniciado este ano, voltado para famílias com renda até R\$ 5 mil e que prevê a construção, num primeiro momento, de 20 mil unidades. Não foram divulgados detalhes sobre a origem dos recursos para o projeto. De acordo com o subsecretário de Habitação, Fábio Quintino, resta vencer etapas jurídicas. Mas fontes dizem que é analisado o uso de terrenos estaduais para que empresas construam e, depois, vendam moradias a preços mais baixos.

CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS

Outra secretaria, a de Infraestrutura e Obras, frisa que a etapa atual é de formatação dos projetos do governo.

O foco inicial é a construção de escolas e a retomada de obras paradas, como a recuperação da Região Serrana. No radar também está o Comunidades Cidades, com intervenções em favelas, entre elas as do Complexo do Alemão.

MME / ASCOM .